

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO UBERIZADO: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE ENTREGADORAS

Relaciones de género y trabajo uberizado:
procesos de subjetivación de repartidoras

Gender relations and uberized labor:
processes of subjectivation of delivery workers

RESUMO:

O presente estudo teve como objetivo analisar processos de subjetivação de trabalhadoras em serviços de entrega de alimentos, em uma cidade do sul catarinense, no contexto das relações de gênero e da uberização do trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, construída com base em aportes teóricos dos estudos de gênero e constituição de subjetividades. Foram realizadas entrevistas com quatro mulheres entregadoras que atuavam por meio de plataformas digitais. Foi utilizado o método de análise temática, processo que possibilitou a construção de três categorias: “o trabalho uberizado em plataformas digitais – do processo de escolha ao cotidiano das trabalhadoras”; “o trajeto do trabalho é o trajeto do cuidado”; “desgaste da moto e o desgaste de si – o alto custo”. Como principais considerações, destacam-se as características sociodemográficas das trabalhadoras, as condições estruturais, os desafios e possibilidades, o trabalho de cuidados e a divisão sexual do trabalho e, o adoecimento físico e psíquico.

Palavras-chave: Trabalho; Estudos de gênero; Mulheres; Psicologia social.

ABSTRACT:

This study aimed to analyze the subjectivation processes of female food delivery workers in a city in southern Santa Catarina, within the context of gender relations and the uberization of labor. This is a qualitative study, based on theoretical insights from gender studies and the constitution of subjectivities. Interviews were conducted with four female delivery workers who worked through digital platforms. The thematic analysis method was used, a process that enabled the construction of three categories: “Uberized work on digital platforms – from the process of choice to the workers’ daily lives”; “The route to work is the route to care”; and “Motorcycle wear and tear and the wear and tear of the self – the high cost.” The main findings include the socio-

GIULIA BONGIOLO CASAGRANDE

<https://orcid.org/0009-0005-9925-1022>
Psicóloga, residente em Saúde Mental,
Atenção e Reabilitação Psicossocial da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
Criciúma/SC.
E-mail: giuliabcasa@gmail.com

GIOVANA ILKA JACINTO SALVARO

<https://orcid.org/0000-0003-0884-1923>
Doutora em Ciências Humanas, e Profes-
sora Universidade do Extremo Sul Catari-
nense, Criciúma/SC.
E-mail: giovanailka@gmail.com

DOI: 10.5935/2175-1390.v25e25738



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

demographic characteristics of workers, structural conditions, challenges and opportunities, care work and the sexual division of labor, and the physical and psychological distress experienced.

Keywords: *Work; Gender Studies; Women; Social Psychology.*

RESUMEN:

Este estudio tuvo como objetivo analizar los procesos de subjetivación de las repartidoras de comida en una ciudad del sur de Santa Catarina, en el contexto de las relaciones de género y la uberización del trabajo. Esta es una investigación cualitativa, basada en aportes teóricos de los estudios de género y la constitución de subjetividades. Se entrevistaron cuatro repartidoras que trabajaban en plataformas digitales. Se utilizó el método de análisis temático, proceso que permitió la construcción de tres categorías: “trabajo uberizado en plataformas digitales: del proceso de elección a la vida cotidiana de las trabajadoras”; “el camino del trabajo es el camino del cuidado”; y “desgaste de la motocicleta y desgaste personal: el alto costo”. Las principales consideraciones destacadas fueron las características sociodemográficas de las trabajadoras, las condiciones estructurales, los desafíos y las oportunidades, el trabajo de cuidados y la división sexual del trabajo, y las enfermedades físicas y mentales.

Palabras-clave: *Trabajo; Estudios de género; Mujeres; Psicología social.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar processos de subjetivação de trabalhadoras em serviços de entrega de alimentos, em uma cidade do extremo sul catarinense, no contexto das relações de gênero e da uberização do trabalho. O trabalho desempenha um papel central na formação da subjetividade e na reprodução das estruturas sociais (Carneiro, 2011). A subjetividade é uma produção social, produzida por fluxos sociais, materiais e simbólicos que cercam e constituem o sujeito (Moura, 1992). Michel Foucault (2006) destaca a relação de domínio enraizada entre o sujeito e a realidade dominante, a qual significados são concebidos em meio a ilusão de um sujeito fundado e originário.

Para Foucault (2013), há três modos de objetivação que transformam o ser humano em sujeito, sendo estes: a objetivação do sujeito do discurso, sujeito produtivo e sujeito histórico; as práticas divisórias, em que o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros; e o modo pelo qual o ser humano se torna sujeito. O autor também traz dois significados para sujeito - sujeito ao outro através do controle e da dependência, e, sujeito ligado à sua própria identidade através de uma consciência do autoconhecimento – os quais sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita (Foucault, 2013).

A relação de poder é uma complexa interação que permeia todas as esferas da vida social, e, que envolve processos de sujeição e subjetivação, por meio do controle sobre os corpos, discursos e práticas sociais. É caracterizada por uma rede de interações em constante fluxo, em que diferentes agentes negociam e resistem ao poder. O poder, exercido de forma dispersa, produz as formas de vida e os modos de existência dos sujeitos (Foucault, 2013).

Em concordância com a perspectiva de Foucault, Joan Scott (1995) coloca o poder engendrado em relações desiguais e discursivamente constituídas em “campos de força” sociais. O gênero emerge como central na estruturação das relações sociais, produzindo e sendo produzido por representações simbólicas, conceitos normativos, política e organização social, subjetivas. Para Scott (1995), o uso da palavra “gênero” enfatiza “todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (p. 76). Estas dinâmicas complexas destacam que o gênero não pode ser compreendido isoladamente, mas como um campo primordial, por meio do qual o poder se articula e se manifesta.

Assim, o gênero não apenas atribui significado às relações de poder, mas também é um espaço dinâmico em que essas relações são constantemente negociadas e contestadas, formando as identidades subjetivas, as estruturas sociais e institucionais (Scott, 1995). Estas relações podem ser analisadas no meio laboral, ambiente onde as relações de gênero ocupam posições cruciais. O patriarcado, sistema que sustenta a subordinação das mulheres aos homens, perpetua relações assimétricas e hierárquicas de gênero (Scott, 1995).

O alto índice de precarização do trabalho e o aumento do desemprego se revelam como uma realidade para muitas pessoas, principalmente, mulheres, submetidas a condições de trabalho vulneráveis, lutando pela sobrevivência. O neoliberalismo intensifica estas condições, promovendo a individualização e precarização das relações de trabalho. Essa configuração elimina os modelos tradicionais de emprego assalariado, submetendo os trabalhadores a jornadas exaustivas, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas (Safatle, Silva, & Dunker, 2021). Sendo assim, as relações de gênero não apenas sofrem os impactos da lógica neoliberal, mas são também reconfiguradas por ela, produzindo novas formas de controle e de sujeição. O gênero, portanto, torna-se um marcador fundamental na compreensão dos efeitos do neoliberalismo sobre o trabalho, revelando como a precarização contemporânea é atravessada por estruturas patriarcais que se atualizam nos discursos meritocráticos e na responsabilização individual pelas condições adversas. É nesse contexto que a “uberização” do trabalho emerge como uma expressão emblemática da articulação entre essas forças, configurando um novo regime de exploração.

A ‘uberização do trabalho’, termo que surgiu após a expansão e popularização da empresa “Uber”, simboliza uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, caracterizada pela precarização, flexibilização e o uso de plataformas digitais para intermediar os serviços (Antunes, 2020).

Envolta na produção discursiva do empreendedorismo, remete aos modos de subjetivação relacionados às formas contemporâneas neoliberais de responsabilização e gestão da própria sobrevivência, onde há uma “legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador” (Abílio, 2020, p. 112).

A uberização pode ser compreendida como um exemplo da dinâmica capitalista e neoliberal, onde os trabalhadores são incentivados a se tornarem “empresários de si mesmos”, assumindo os riscos e custos associados à prestação de serviços. Nesse modelo, a ausência de regulamentação estatal contribui para a competição acirrada entre os trabalhadores, exacerbando ainda mais a precarização das condições de trabalho (Antunes, 2020). Assim, a interrelação subjetividades, gênero, trabalho e neoliberalismo, reflete e reforça desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres na contemporaneidade, enquanto os(as) trabalhadores(as) em geral enfrentam condições cada vez mais desfavoráveis devido às políticas econômicas neoliberais. A dissertação de Nara Rodrigues (2021), com o objetivo de “identificar as condições de vida e trabalho de profissionais uberizados na cidade de Campinas/SP” (p. 09), trouxe foco e articulou uma análise processo de uberização e precarização do trabalho feminino.

A relevância deste estudo decorre da necessidade de compreender o impacto das transformações no mundo do trabalho, especialmente, no contexto da crescente precarização e novas formas laborais advindas do sistema capitalista, produtivista e neoliberal. Pode-se destacar as desigualdades de gênero nesse contexto, considerando que as trabalhadoras enfrentam desafios específicos, com a divisão sexual do trabalho e a perpetuação de hierarquias de gênero. A falta de regulamentação e de proteção adequadas para as trabalhadoras em serviços de entrega de alimentos são demandas que exigem análises de seus efeitos psicossociais. Esta pesquisa pode contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre as dinâmicas contemporâneas de trabalho e gênero. Por fim, os resultados deste estudo têm potencial para informar criticamente sobre os processos de subjetivação decorrentes dessas relações precárias de trabalho.

Dadas as noções acerca das temáticas da pesquisa, organizou-se o artigo em três sessões: (a) procedimentos metodológicos, embasados em referenciais teóricos, entrevistas semiestruturadas, análise temática e o perfil sociodemográfico das participantes; (b) os resultados e discussões, que trazem análise acerca das características do trabalho uberizado, a escolha do trabalho de entregadora, os atravessamentos das questões de gênero, divisão sexual do trabalho e trabalho de cuidados, bem como os desgastes físicos e psicológicos; (c) e as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi empregada uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo (Gil, 2019). A população do estudo foi constituída por mulheres, acima de 18 anos, que trabalhavam em serviços de entrega de alimentos, em um município do sul de Santa Catarina, e que atuavam por meio de plataformas digitais, como *iFood* e *Bee Delivery*, por exemplo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da instituição de origem do estudo.

As participantes não foram localizadas e convidadas a participar da pesquisa por meio de uma instituição específica. A amostra foi constituída pelo procedimento *snow ball* (bola de neve), definido como “uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência” (Vinuto, 2014, p. 203). Portanto, pela cadeia de referência e indicações, as trabalhadoras foram contactadas via *WhatsApp* e convidadas a participar da pesquisa. A escolha deste procedimento de pesquisa foi orientada pela ausência de registros, por vias institucionais, sobre trabalhadoras em serviços de entrega de alimentos.

O procedimento possibilitou a participação de quatro entrevistadas de diferentes regiões do município. O número total de participantes foi definido em quatro, considerando-se a saturação das informações, uma vez que, à medida que as entrevistas avançavam, começaram a se repetir (Gil, 2019). Em respeito às questões éticas e à confidencialidade na identificação destas mulheres, optou-se por designá-las com nomes fictícios, conforme a ordem das entrevistas: Joana, Priscila, Alana e Ana.

O contato com a primeira, a terceira e a quarta participantes da pesquisa foi estabelecido por meio de uma rede de conhecidos, que facilitou a comunicação entre a pesquisadora e as participantes. A primeira participante indicou a segunda, além de mencionar duas outras mulheres, que não foram incluídas na pesquisa por não atuarem mais nesta área. As participantes três e quatro mencionaram ter observado outras mulheres entregadoras durante o trabalho, porém, não possuíam seus contatos.

Joana tinha 41 anos, autodeclarada branca, era divorciada, tinha dois filhos (25 e 10 anos) e uma filha (14 anos), sua escolaridade era ensino fundamental incompleto. Morava em casa própria junto com o seu filho mais novo. Trabalhava há quatro anos exclusivamente em serviços de entrega, tanto por plataforma quanto *freelancer*. Sua renda mensal variava entre R\$ 3.800,00 e R\$ 4.000,00 e trabalhava por, aproximadamente, quinze horas diariamente durante a semana, cinco horas por dia aos finais de semana e folgava nas segundas-feiras.

Priscila tinha 38 anos, autodeclarada branca, era divorciada, tinha uma filha (23 anos), três filhos (14,12 e 8 anos) e possuía o ensino superior completo. Morava na casa do pai de seu filho mais novo, junto aos três filhos, mas possuía uma casa própria, a qual alugava. Sua renda mensal era de aproximadamente R\$ 4.200,00. Trabalhava há três anos exclusivamente com entregas, tanto por plataforma quanto particulares, entre oito e nove horas ao dia, todos os dias da semana.

Alana tinha 41 anos, autodeclarada parda, divorciada, tinha um filho (20 anos) e uma filha (15 anos), tinha o ensino superior completo e morava com sua filha em um apartamento alugado. Sua renda mensal total era de R\$ 5.200,00, sendo que R\$ 2.000,00 era feito exclusivamente com as entregas. Trabalhava em uma empresa em regime CLT durante o dia. Atuava como *freelancer*, há cinco meses, em plataformas de entrega após o expediente na empresa e aos domingos.

Ana tinha 29 anos, autodeclarada branca, solteira, tinha um filho (9 anos), possuía ensino médio completo e morava em casa própria com o filho. Sua renda era em torno de R\$ 4.000,00, exclusivamente com serviços de entrega. Durante a semana realizava entregas para uma empresa, das oito horas da manhã às seis horas da tarde. Aos finais de semana trabalhava na plataforma *iFood*, aos sábados por doze horas e aos domingos por seis horas.

As informações foram obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, com perguntas previamente elaboradas, realizadas entre agosto e setembro de 2024. As entrevistas com a Joana e a Priscila ocorreram na residência de um conhecido em comum. A entrevista com a Alana foi conduzida em uma escola de futebol; enquanto a entrevista com a Ana foi realizada parcialmente em uma praça central e concluída via *WhatsApp*. Mesmo em locais públicos, o sigilo foi garantido pelo distanciamento adequado dos outros presentes no ambiente.

Para a análise das informações obtidas nas entrevistas, foram adotados os procedimentos da análise temática de Virginia Braun e Victoria Clarke (2006), de base qualitativa, que permitem identificar, analisar, relatar padrões e construir temas dentro de um conjunto de dados. Segundo as autoras, os seis passos da análise temática consistem, inicialmente, em familiarizar-se com os dados, o que inclui: (a) transcrição das entrevistas, bem como sua leitura e releitura detalhada; (b) a geração de códigos iniciais, nos quais aspectos relevantes dos dados são identificados e codificados; (c) a busca por temas, que consiste no agrupamento dos códigos em possíveis temas; (d) a revisão dos temas, verificando-se a adequação aos dados codificados; (e) definição e nomeação dos temas, com a especificação do que cada tema representa e sua relação com a análise global e (f) a produção da análise, com um relatório acadêmico dos dados obtidos. O processo possibilitou a construção de três categorias de análise: “o trabalho uberizado em plataformas digitais: do processo de escolha ao cotidiano das trabalhadoras”; “o trajeto do trabalho é o trajeto do cuidado”; “desgaste da moto e o desgaste de si: o alto custo”. As categorias, que dialogam entre si, trazem relações entre trabalho por plataformas, neoliberalismo, subjetividade, gênero, trabalho de cuidados e divisão sexual do trabalho, e mobilizam aportes da psicologia social do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O TRABALHO UBERIZADO EM PLATAFORMAS DIGITAIS: DO PROCESSO DE ESCOLHA AO COTIDIANO DAS TRABALHADORAS

A categoria de análise objetiva tecer reflexões sobre o processo de escolha das trabalhadoras pelo trabalho uberizado em plataformas digitais, bem como estabelecer relações com o cotidiano de cada uma. O termo uberização se refere à uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, que, envolve na produção discursiva do empreendedorismo, remete aos modos de subjetivação relacionados às formas contemporâneas neoliberais de responsabilização e gestão da própria sobrevivência. É possível observar grandes transformações na organização e nas relações de trabalho com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), os chamados aplicativos e plataformas digitais (Filgueiras & Antunes, 2020). A partir da expansão das TIC, os processos de precarização da força de trabalho foram ampliados, o que propiciou a universalização do termo uberização do trabalho. De acordo com Ricardo Antunes (2020), a expansão do trabalho digital se configura cada vez mais como um assalariamento do trabalho, pois este acaba por se transfigurar como prestação de serviço; assim, resulta na exclusão da legislação social protetora do trabalho, “acentuando a desigual divisão sociosexual, racial e étnica do trabalho e embaralhando de vez, o tempo de trabalho e de vida da classe trabalhadora” (p. 21).

Sobre a “escolha” pelo trabalho em plataformas digitais de entrega de alimentos, todas as participantes relataram alguns dos fatores que incidiram para o processo. Embora, antes do ingresso na modalidade laboral, as participantes ressaltaram uma trajetória profissional iniciada na adolescência, tendo passado por diversos empregos como: professora, faxineira, lavadora de pratos, chefe de cozinha, garota de programa, bibliotecária, cuidadora de crianças, vendedora, telefonista, cabeleireira e gestora financeira.

Joana trabalhava em um restaurante e viu na alta demanda dos serviços de entrega durante a pandemia, bem como em conversas com *motoboys*, uma oportunidade para aumentar sua renda em relação comparativa ao que recebia como cozinheira. Iniciou em 2020 na plataforma do *iFood* e, na ocasião da entrevista, trabalhava em uma plataforma de entregas pela *internet* (*Jadlog*) e como entregadora *freelancer*, com valores diários fixos, em dois restaurantes. Entre um trabalho e outro, relatou uma pausa de descanso de 30 minutos e neste intervalo fazia as refeições que eram oferecidas pelos dois restaurantes em que trabalhava.

Um dos principais motivos que levou Priscila a escolha deste trabalho via plataforma foi a flexibilidade nos horários, que fez com que conciliasse o cuidado da casa e dos filhos. Ficou por um período sem exercer atividade laboral externa, por conta do adoecimento de um dos filhos. Após a melhora deste, relatou que se sentia inútil por não ter uma ocupação e não ter renda. Como conhecia Joana, explicou que foi ela quem a incentivou a trabalhar em plataforma de entrega. A respeito da flexibilidade de horários, esclareceu: “*O que é mais importante para mim é a disponibilidade de horário [...] levo eles de manhã para a escola, levo para a terapia, faço três horinhas ali... eu faço o que eu consigo fazer de entrega*” (Priscila).

Alana estava desempregada e precisava de uma renda, seu namorado já trabalhava como entregador na plataforma *iFood*. Assim, informou que começou nesta área através da conta dele, que acarretou no bloqueio desta conta, pois infringia as regras da plataforma. Indicou que o aceite para o ingresso na plataforma pode demorar, pois depende da quantidade de entregadores registrados na região, bem como na análise das documentações pessoais. No momento da entrevista, atuava em regime CLT e com as entregas de alimentos.

Após um tempo adoecida, Ana viu no trabalho de entregador do ex-companheiro uma oportunidade. Além de já ter uma moto e pilotá-la desde a adolescência, contou que a renda, a liberdade e a possibilidade de não ter colegas de trabalho, algo que sentia dificuldade, foi o que mais a contribuiu para escolha. Conforme relatou: “*Só de estar livre... não é aquela coisa de ver a mesma cara todo dia perto de ti, tu ter que conviver... não, chega no cliente entrega, ‘bom dia’, ‘boa tarde’ e ‘tchau’*”.

Como as quatro participantes tiveram experiência com a empresa *iFood*, optou-se por trazer dados relevantes a respeito desta plataforma. De acordo com o manual de entregadores, disponibilizado no *site* do *iFood*, a inscrição ocorre por meio do aplicativo de celular “*iFood para entregadores*”. Alana contou que pre-

cisou adquirir outro aparelho de telefone, pois o aplicativo estava disponível apenas no sistema operacional *Android*. Para se inscrever na plataforma, a pessoa deveria ter 18 anos completos, apresentar os documentos pessoais como CPF e CNH, os dados bancários, *e-mail*, telefone, uma foto do rosto e escolher a modalidade de entrega (bicicleta, moto, patinete, a pé). A plataforma se colocava como uma conexão entre clientes, estabelecimentos e entregadores, não se responsabilizando por riscos que envolvessem este trabalho. Afirmavam que os “prestadores de serviço” eram livres para realizar as entregas como, quando e onde quisessem; não havia processo seletivo nem treinamento; não era exigida disponibilidade nem periodicidade em relação ao serviço de entrega; não eram fiscalizadas as atividades do(a) entregador(a) pela plataforma ou por qualquer outro meio.

Ainda, de acordo com o manual de entregadores, disponibilizado no *site* do *iFood*, a plataforma permitia que os clientes e estabelecimentos opinassem sobre a qualidade de entrega; analisava as reclamações feitas por clientes e estabelecimentos; e estabelecia critérios mínimos acerca das obrigações com estabelecimentos ou clientes. Não havia vínculo empregatício, a relação era cível e comercial. O(a) entregador(a) poderia desempenhar outras atividades de entrega livremente e não tinha a obrigação de dar continuidade com a empresa *iFood*. O(a) entregador(a) era independente e responsável pelos seus custos operacionais, despesas, taxas, contribuições e tributos relativos à manutenção de suas atividades. Enalteciam a obrigação do uso de equipamentos (capacete, luva, jaqueta, mochila e/ou baú), custeado pelos entregadores(as), para realizar o trabalho. Tal relação, marcada pela ausência de vínculo empregatício e não responsabilização da empresa pela saúde do(a) trabalhador(a), de forma paradoxal, remete a um processo, ao mesmo tempo, de autonomia e de desamparo.

Dentre as características apresentadas pelas participantes em relação a este trabalho, o que se destacou foi a autonomia que sentiam na escolha dos dias e horários laborais, a diversidade de plataformas digitais de entrega, ter um pagamento semanal e a meta de valores diários para uma organização financeira. Afirmavam precisar desta organização e de um aumento na carga laboral para arcarem com os gastos dos instrumentos de trabalho, MEI, impostos, férias e décimo terceiro.

Ludmila Abílio (2020) afirma que o(a) trabalhador(a) uberizado(a) tem sua jornada laboral sem garantias sobre a carga de trabalho, a remuneração e o tempo para obtê-la. Pela análise das entrevistas, observou-se que o salário e a carga horária laboral variavam conforme a demanda dos aplicativos de entrega, a qual dependia do período mensal, do dia da semana, das condições climáticas (chuva ou frio) e das taxas.

A ideia central do neoliberalismo envolve a internalização de um ideal empresarial de si, em que os indivíduos se veem como “empresários de si mesmos”. A lógica de mercado é imposta às pessoas, que passam a ver suas ações e afetos como investimentos a serem otimizados (Safatle, 2021). Fabio Franco et al. (2021) complementam a análise ao dizer que Foucault descreve o neoliberalismo como uma forma de *governamentalidade* que converte a economia em um modo de gestão de si e dos outros. Este modelo de gestão impõe uma lógica de valorização do capital, em que a autonomia individual é na verdade uma forma de submissão absoluta, pois os sujeitos se veem sob a lógica da mercadoria. O neoliberalismo redefine a subjetividade, transformando indivíduos em empresas submetidas à insegurança dos mercados, o que resulta em uma constante comparação e hierarquização de coisas e de pessoas (Franco et al., 2021).

Sendo assim, apesar de as participantes afirmarem sobre a liberdade para trabalhar nos dias e horários que desejassem, estavam condicionadas ao controle do algoritmo destas plataformas, ou seja, a conjuntos organizados de passos sistemáticos destinados ao processamento de instruções ou dados para alcançar resultados (Woodcock, 2020). Estas empresas, além de definirem valores e a forma em que o trabalho é prestado, supervisionam, controlam e disciplinam os(as) trabalhadores(as), por meio dos dados coletados (Schinestzck, 2020). Como já evidenciado na introdução, a desresponsabilização em relação ao vínculo empregatício, ressalta-se a dimensão subjetiva, do controle dos corpos em uma relação de domínio e de poder.

Alana destaca esta questão ao narrar:

O aplicativo gira em torno de tempo para você entregar para o cliente. O tempo influencia porque você tem score, dividido em um, dois e três. No score um, geralmente, não toca muita coisa. Se você cancela a corrida, se o seu pneu fura e você cancela a

corrida, o seu score diminui. Se você entrega um pedido atrasado, você tem aquele perigo da sua conta diminuir e de durante a semana diminuir o índice de corrida.

Portanto, quanto maior a carga horária de trabalho, a velocidade, a quantidade de entregas e boas avaliações, melhor será o desempenho na plataforma, como visto na narrativa de Alana, o que contribui para reproduzir esferas da meritocracia implicadas na política neoliberal.

A partir das narrativas das entrevistas, o trabalho como entregadora, também, apareceu como sendo invisibilizado e socialmente desvalorizado. Joana escutava muitas pessoas falarem mal de entregadores: “*estão falando que é um serviço que não vale nada, mas se bobear a gente ganha mais que qualquer outra profissão*”. Priscila contou que percebia que os entregadores não podiam ser vistos dentro dos estabelecimentos e que deveriam aguardar em um local específico do lado externo.

Sobre a desvalorização social, Priscila afirmou:

Eu tenho até vergonha de dizer que eu sou graduada, [...] as pessoas ficam me olhando assim, “tá, e o que tu tá fazendo aqui?”, eu digo que é um trabalho digno, tem uma boa remuneração, nós não temos a segurança de leis trabalhistas, às vezes, somos desvalorizados, tanto por clientes e restaurante, mas é a questão dos prós e dos contras.

Alana contou que em sua cidade de origem “*os motoboys são vistos como uma classe de vadios, de pessoas que não querem trabalhar, [...] que não tem estudo, uma formação, [...] que não quer nada com nada*”; acrescentou que este preconceito vinha, também, de sua parte por questões culturais e, que como entregadora, mudou sua percepção, apesar de sua família, por vezes, criticar este trabalho. Ana trouxe a questão de os motoristas de carros não gostarem e não terem empatia com entregadores e que alguns profissionais de estabelecimentos a olham de “cara feia”. As narrativas das participantes dizem de processos de subjetivação e resistência, que emergem como essenciais para entender a complexidade dessas relações de trabalho.

De acordo com as participantes, existem três grupos do *WhatsApp* de entregadores de alimentos na cidade em que a pesquisa foi realizada, com 320, 311 e 1025 participantes em cada um. Foi por este meio que organizaram e realizaram uma greve geral de entregadores da plataforma *iFood*, com duração de 24 horas, intitulada “*Basta para tanto abandono!*”. Dentre as exigências, estavam o aumento na taxa de espera, o aumento da rota mínima, a mudança no algoritmo de controle para igualdade na distribuição de pedidos, opções de atendimento humano para os(as) trabalhadores(as) e o pagamento de taxa de espera no cliente. Todas as participantes aderiram à greve.

Redes de apoio e resistência, como grupos de *WhatsApp*, criados por trabalhadores(as), ilustram uma forma de contestação a normas impostas, criando espaços de contrapoder que desafiam a invisibilização e a precariedade laboral. Esses espaços são fundamentais para a criação de novas formas de subjetividade que resistem a imposições do sistema capitalista, promovendo novas formas de existência e identificação de si (Foucault, 2013; Prado & Martins, 2007).

Ao associar a análise das entrevistas com o conceito de Foucault (2013), sobre o sujeito e o poder, a invisibilidade dos(as) entregadores(as) pode ser compreendida não apenas como resultado de um sistema econômico explorador, mas como uma tática do próprio poder que se reproduz e se sustenta por meio da normatização dos corpos, que não se encaixam em padrões esperados. No campo das entregas, homens dominam o espaço público e o trânsito. As mulheres entregadoras, além de enfrentarem as mesmas condições precárias que os homens, precisavam lidar com normas de gênero, que segundo Scott (1995), são definições de expectativas e comportamentos baseados em conceitos de masculinidade e feminilidade, os quais variam historicamente e culturalmente. A mulher entregadora apareceu como um símbolo normativo colocado em comparação ao homem, em que seu trabalho não tem a mesma qualidade nem eficiência. A narrativa de Priscila é representativa a partir das normas de gênero ao destacar que a olha-

ram de “cara feia”, pois o lanche demorou para chegar: “*eles têm a visão de que uma mulher é lenta*”; apesar de que o atraso foi do restaurante.

Estas normas, as colocavam em uma posição ainda mais marginalizada. As participantes pontuaram que, muitas vezes, sofriam de deboches, rivalidade e desvalorização do seu trabalho.

Para Foucault (2013), o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, pois cria sujeitos e formas de subjetivação. No caso das mulheres entregadoras, o olhar preconceituoso, de colegas e estabelecimentos, age como uma tecnologia de poder que disciplina esses corpos femininos. As mulheres entregadoras precisam constantemente mostrar sua competência, em um processo que pode ser lido, ao mesmo tempo, como “assujeitamento” e “resistência” ao instituído por normas de gênero. O relato de Joana é representativo do processo:

Fui trabalhar, fazer um free(lancer) para um amigo folgar. Cheguei lá, o dono do estabelecimento me olhou e falou: ‘tá uma mulher vindo trabalhar?’ Eu disse: ‘tá, tu acha que eu não sei trabalhar?’. Ele disse: ‘ah, não sei, né...’. Eu disse: ‘tu quer que eu vou embora? Eu vou embora’. Ele: ‘não, não, já que está aí, fica né’. Peguei o celular, fui para o canto e disse ‘eu vou embora’; daí lembrei de não deixar o meu colega na mão, senão ele ia ter que trabalhar. [...] Eu disse: ‘não, eu VOU trabalhar e vou mostrar pra ele que eu sei trabalhar’. Fiquei a noite inteira, fiz 28 entregas. No final da noite, ele: ‘ah, tu trabalhou certinho, né?’. Não falei nada, peguei meu dinheirinho, botei no bolso e saí fora. No outro dia, ele me chamou e eu disse: ‘não, muito obrigada, eu sou mulher, eu não estou precisando do teu serviço’. O cara chegou a me bloquear (risos).

O relato de Joana destaca as relações desiguais de gênero, as quais mobilizam estereótipos e preconceitos no que diz respeito ao trabalho realizado por mulheres. Scott (1995, p. 88) traz que “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” Sendo assim, este fornece meios para compreender as complexas interações humanas. Para além das opressões de gênero, outras devem ser consideradas, tais como classe e raça, por exemplo. Cecilia Sardenberg (2015) traz que gênero, raça, classe, dentre outras categorias sociais, não são autônomas, na medida em que matrizes de opressão se entrelaçam e se reforçam.

O TRAJETO DO TRABALHO É O TRAJETO DO CUIDADO

A categoria de análise coloca em foco o trabalho uberizado em plataformas digitais nas dimensões dos trajetos do trabalho e do cuidado, as quais se articulam nas jornadas laborais das trabalhadoras. O trajeto do trabalho como cuidado apareceu de forma paradoxal nas entrevistas. Por isso, na análise, fez-se necessário apresentar relações de gênero que se entrelaçam por meio da divisão sexual do trabalho e do trabalho de cuidado. Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho se refere à maneira como o trabalho social é organizado com base nas relações entre homens e mulheres. Essa divisão geralmente atribui a homens e a mulheres, respectivamente, responsabilidades pelas esferas produtiva e reprodutiva. A divisão, organiza-se pelo princípio de separação, em que homens e mulheres desempenham trabalhos diferentes; e pelo princípio hierárquico, valorando mais o trabalho de homens (Hirata & Kergoat, 2007). Para Hirata e Kergoat (2007, p. 596), falar sobre divisão sexual do trabalho implica ir além “da simples constatação de desigualdades”. Flávia Biroli (2018, p. 21) traz que, “muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionados à divisão sexual do trabalho.”

No entrelaçamento entre o capitalismo e o patriarcado, no cotidiano, mulheres são submetidas ao trabalho prestado gratuitamente, são direcionadas a ocupações menos remuneradas, mesmo que desempenhem a mesma atividade que os homens, e são sub-representadas na política, o que reflete no

comprometimento da cidadania através da divisão sexual do trabalho (Biroli, 2018). Deste modo, a divisão sexual do trabalho se apresenta como a base na qual se assentam as hierarquias de gênero na sociedade contemporânea (Hirata, 2018), nas organizações e nas relações de trabalho.

O trabalho de cuidados remonta à determinada divisão sexual do trabalho. O cuidado como trabalho pode ser material, técnico e emocional, sendo “atravessado por relações sociais de sexo, de classe, de raça, entre diferentes protagonistas” (Hirata, 2020, p. 26). Ainda, segundo a autora, pode ser entendido como uma relação de serviço, de apoio ou de assistência, remunerada ou não, que implica responsabilidade ao bem-estar do outro e à vida.

No caso das participantes da pesquisa, a primeira relação com o cuidado foi evidenciado no percurso do trânsito e dos veículos, considerado perigoso por conta da falta de respeito e sinalização dos carros para com os(as) motociclistas. Joana relatou que decorou o nome e a localização das ruas centrais da cidade, a fim de não fazer o uso do celular enquanto pilotava a moto, dedicando sua atenção ao trânsito; contou que, durante a noite, realizava rotas apenas na região central da cidade e próximas de sua casa. Priscila destacou que utilizava todo o tempo de 25 minutos disponibilizado para entrega, pois preferia realizar um número menor de corridas e em uma velocidade que considerava segura. Alana disse ter cautela no trânsito por conta da falta de respeito dos carros, e comentou sobre desafios que enfrentou com a polícia ao fazer entregas em bairros mais afastados. Ana destacou, como as demais participantes, o cuidado em relação ao trânsito, pois muitos carros desrespeitavam as regras e não permitiam a passagem da moto.

O segundo cuidado destacado é o com a casa e com filhos(as), refletido na flexibilidade de horários no trajeto que este trabalho permite. De acordo com Hirata (2020), o trabalho de mulheres está centrado em instituições e em domicílio, sendo realizado gratuitamente ou de forma remunerada. Biroli (2018) traz que as obrigações familiares estão no nexo da produção de gênero e da opressão às mulheres. Estas restringem e moldam ocupações fora do ambiente familiar, bem como ampliam a exploração capitalista do trabalho remunerado das mulheres. O efeito dos interesses capitalistas pode ser observado na esfera da vida doméstica, na divisão cotidiana de tarefas, na conjugalidade e na fruição de tempo.

Joana passava seus dias e noites trabalhando, o cuidado de seu filho ficava por conta de sua mãe, que morava próximo a sua casa; ela auxiliava financeiramente os pais. Contou que sempre foi o pai e a mãe de seus filhos. Aos finais de semana, saía com seu filho, realizava as tarefas domésticas e destacou: “*praticamente eu moro sozinha, o menino só dorme comigo, então, de manhã, deixo a cama arrumada, tomo um banho, a roupa a mãe lava para mim, as refeições não faço em casa.*” Contou que se comunica com os filhos durante o trabalho e que dobrou a quantidade de horas laboral, porque não recebe mais a pensão do filho.

Priscila não tinha uma rede de apoio e cuidava sozinha dos três filhos, sendo um deles uma criança autista. A rotina de Priscila envolvia realizar atividades de cuidado com a casa e com os filhos, ao mesmo tempo em que mantinha o aplicativo da plataforma de entregas ligado para realizar rotas de entrega e, por vezes, levando um dos filhos consigo. Assim afirmou: “*Eu vivo para eles hoje. [...] então, de eu não trabalhar mais fora hoje e fazer o delivery, é o que? Que eu posso estar em casa com eles.*”

Alana, que morava com a filha, relatou que almoçava na empresa em que trabalhava, buscava sua filha da escola, fazia o almoço para ela e arrumava sua casa. Neste período, por vezes, ligava o aplicativo para fazer algumas entregas. Como realizava, principalmente, entregas após o expediente, contou que conciliava atividades domésticas, de cuidado e de entregas; “*o iFood tá lá ligado, eu tô lá fazendo alguma coisa dentro de casa, [...] quarta-feira cheguei 22h30min e fui deitar uma hora da manhã, porque fui arrumar a casa, fui lavar o banheiro.*”

Ana afirmou não ter rede de apoio e que era ela quem realizava o cuidado com a casa, ao chegar do trabalho a noite. Afirmou, também, que com a flexibilidade de horários, conseguia sair para ir ao médico e resolver pendências pessoais. Contou que durante a semana não trabalhava à noite, que prioriza ficar com o filho e visitar familiares. Todas as participantes afirmaram que os(as) filhos(as) se preocupavam com a segurança delas no trabalho e, constantemente, conversavam por mensagens durante a jornada laboral.

Com a flexibilização de jornadas e a aprovação da “terceirização irrestrita”, as desigualdades já existentes tendem a se aprofundar. Com as novas exigências capitalistas, a posição de desvantagem das

mulheres se atualiza (Biroli, 2018) e são submetidas a condições de trabalho precárias. Antunes (2020, p. 15) traz que “a expansão do trabalho digital [...] vem demolindo a separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo fora dele”, o que pode ser observado nas narrativas das participantes.

Em seus estudos foucaultianos, Cesar Candioto (2010, p. 64) ressalta que “os sujeitos são constituídos como tais, pelos discursos de verdade a respeito de si mesmo”. Se o indivíduo se reconhece como sujeito, antes foi sujeitado por um conhecimento, que passa a ser admitido como sua verdade. Dentre estes discursos, é de grande importância enunciar e questionar normas de gênero, que delineiam feminilidades e masculinidades, identidades e formas de existência. Esses discursos não apenas produzem, mas também governam os indivíduos, impondo uma categorização que diferencia e hierarquiza os corpos e as experiências. Ao questionar a categoria de gênero, abre-se espaço para analisar como os processos de subjetivação são atravessados por modos de experienciar as relações de trabalho, nos âmbitos doméstico e de cuidados, bem como a conciliação com o trabalho produtivo, constitutivos de processos de subjetivação contemporâneos.

DESGASTE DA MOTO E O DESGASTE DE SI: O ALTO CUSTO

Como visto na categoria anterior acerca de um sujeito voltado ao cuidado do outro, por ora, buscou-se trazer na terceira categoria de análise efeitos psicossociais desta gestão de si e do outro. Além do desgaste da moto, um dos instrumentos da longa jornada laboral, há o desgaste físico e psíquico das trabalhadoras. A moto, além de aparecer como companheira e sinônimo de liberdade, evidencia perigos relacionados a este trabalho. Ana enalteceu que *“é uma vida em cima da moto, a gente trabalha para caramba, então ri em cima da moto, chora em cima da moto, passa raiva em cima da moto”*. Joana destacou que, *“em cima de duas rodas, a gente tem a liberdade do mundo [...], a minha vida é gostar de ser livre”*.

Atualmente, as empresas propagam a ideia de liberdade e de flexibilidade para o(a) trabalhador(a) uberizado(a). Esta ideia se constitui como uma “transferência deliberada de riscos para aumentar o controle sobre os(as) trabalhadores(as), pois essa liberdade significa ausência de salário garantido e incremento de custos fixos que se convertem em responsabilidade dos mesmos” (Filgueiras & Antunes, 2020, p. 33). Na prática, estes ainda são obrigados a estender a carga horária de trabalho para a sobrevivência e manutenção dos instrumentos laborais, como por exemplo as motos, carros, celulares, gasolina, entre outros. Com isso, pode-se constatar que a uberização evidencia a subordinação do trabalho, que opera “na indistinção entre vigilância, controle e gerenciamento” (Abílio, 2020, p. 113).

Em relação ao investimento financeiro com este trabalho, Joana contou que gastava, por mês, em torno de 300 reais com manutenção da moto e 30 reais, por dia, com gasolina. Priscila afirmou que a cada 500 reais que recebia gastava 100 em combustível e que guardava dinheiro para manutenções; disse que para fazer 4.000 reais gastava em torno de 600 e 700 reais com a moto. Alana gastava 15 reais por dia com gasolina e pagava mensalmente seguro para a moto. Ana afirmou não ter dinheiro para gastar consigo, pois gastava com a manutenção das duas motos que tem; o gasto com combustível era estimado em 60 reais por dia.

Em relação ao alto custo de si, observou-se o limite do corpo e o sofrimento relacionado a inseguranças do trabalho, em que não há garantias. Foram destacados os acidentes de trânsito, bem como o impacto destes nos modos de viver.

Joana sofreu um acidente no dia em que agendamos a entrevista. Relatou que um homem bateu com o carro nela, ela caiu de cabeça no chão e desmaiou. Foi para o hospital e ficou três dias sem trabalhar e com muitas dores. Os gastos financeiros e físicos ficaram por sua conta, com apenas um auxílio do homem que se envolveu no acidente. Ela relatou: *“ele deu um valor para eu não chamar a polícia, ele pagou o meu dia parada, também, porque dia parada é prejuízo [...], gastei 700 reais para arrumar a moto”*. Joana afirmou que, entre suas preocupações com o trabalho, estava o medo e a tensão por conta do trânsito. A insegurança se apresentava como financeira, como relatou: *“tem gente que depende de*

mim [...] é eu por eu, não é ninguém por mim”; e física, sendo que constantemente tomava relaxantes musculares por conta da tensão: *“tem noites que tua cabeça não para, [...] essa noite era quatro horas da manhã e eu não conseguia dormir, [...] é muita coisa na cabeça, preocupação, correria, não é fácil”*.

Priscila relatou que, além de ter medo de acidentes, sofre constantemente com dores físicas, principalmente, nas costas. Conforme narrou, *“o mental te cansa, porque tu tem que cuidar de ti no trânsito e tu tem que cuidar dos terceiros”*. Disse que conhece alguns colegas que utilizam drogas ilícitas para o corpo aguentar a extensa jornada laboral.

Alana contou que em um dia chuvoso se acidentou, mas que após alguns minutos seguiu seu trajeto de entrega: *“esperei uns dez minutinhos para passar o susto [...] e continuei trabalhando por mais uma hora, pois eu já estava sentindo uma dorzinha no joelho”*. Informou que quando começou a trabalhar com entregas sentiu muita dor na escápula, ombros e costas, mas que se acostumou. Contou que gostaria que as empresas disponibilizassem um seguro de vida e, por não ter segurança, *“na verdade, a gente coloca na mão de Deus e vai”*.

Ana contou sobre a necessidade de cautela e cuidado a todo o momento com o trânsito, e que sente medo. Já se acidentou e ficou um mês e meio sem poder trabalhar; apesar de ter recebido um valor do INSS, neste tempo, sobreviveu de doações para pagar as contas básicas e o conserto da moto. Afirmou que constantemente se esquece de coisas simples do cotidiano e que tem *“muitas coisas na cabeça”*, que refletem diretamente em sua jornada de trabalho.

Conforme as vivências das participantes, observa-se o desgaste mental e físico, demonstrando como as pressões e os riscos do trabalho impactam diretamente as subjetividade e o cotidiano. O acúmulo de preocupações ligadas à instabilidade e aos desafios diários da profissão evidencia como os modos de trabalho configuram, não apenas a rotina, mas também a forma de pensar, sentir e perceber a si mesma.

Segundo Maria Coutinho (2015, p. 4), *“não é possível compreender os sujeitos e os processos de subjetivação que os constituem sem analisar seus modos de trabalhar”*. Estudar as relações de trabalho permite entender os modos de ser sujeito (Veronese, 2006). O trabalho pode ser visto como um fenômeno social que surge e se desenvolve em meio a relações sociais, jogos políticos, interesses e poder (Veronese, 2006).

A partir de pressupostos teóricos de Foucault, Prado e Martins (2007) observam que viver em uma sociedade capitalista implica estar sujeito às estéticas de subjetividade, fetichizadas, que transformam os indivíduos em mercadorias de consumo. Prado e Martins salientam a importância de práticas psicológicas que impliquem posições políticas, por meio de uma psicologia que se apresente descentrada do sujeito. *“Se os modos de subjetivação assujeitam, a singularização apresenta-se como estetização de si, visando resistir à maquinaria moderna de produção da subjetividade e identidade individuais, construindo novas formas de vida e ser”* (Prado & Martins, 2007, p. 18), promovendo novas estéticas de existência.

Em relação à categoria de trabalho, Abílio (2020, p. 122) relaciona os(as) uberizados(as) como uma categoria amadora, um trabalho que se apresenta como provisório, mesmo sendo permanente, maleável e que *“possibilita sua capilaridade com diversos modos de vidas e de trajetórias ocupacionais”*, o que pode ser observado nas categorias de análise por meio das narrativas destas trabalhadoras.

Em consonância com o que o autor constata, todas as participantes afirmam que trabalhavam com entregas de forma provisória, para obter algo no futuro. Joana pretendia se mudar de país. Priscila disse que quando os filhos estiverem maiores buscará outro trabalho, mas também pensava na possibilidade de mudança de país. Alana afirmou que o trabalho de entregas era um extra, por meio do qual conseguia economizar para um objetivo próximo, que era a aquisição da casa própria. Ana comentou que futuramente buscará uma segunda opção de trabalho, por este trazer um desgaste físico. Em todas as entrevistas, a questão da idade e condicionamento físico se apresentaram como fatores para a temporalidade.

Priscila afirmou não saber *“até quando meu corpo aguenta, porque é ‘paliado’”*. Ana contou que buscará uma segunda opção de trabalho futuramente, pois segundo ela:

A mulher com 50 anos não tem mais a mesma aptidão física que um homem, embora seja mais guerreira, acredito que já esteja com mais problema de saúde. A mulher envelhece mais fácil, porque tem a função da casa... ela cansa mais rápido.

Joana disse: “*uma hora não vou conseguir, eu estou com 40 anos*”. Alana comentou ser um trabalho “*para um objetivo próximo, não vai ser para sempre, mesmo porque eu estou com 41 anos e tenho meu serviço CLT, vou me aposentar algum dia*”. Por meio das entrevistas, as participantes revelaram como este trabalho precarizado, que é atravessado por desigualdades de gênero, surge em suas vidas, também, como uma possibilidade para suas demandas do presente e para um objetivo próximo. Resistir aos modos de objetivação e subjetivação se mostra como importante nos jogos de identificação e reconhecimento de si (Prado & Martins, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido abordou processos de subjetivação de entregadoras de alimentos, por meio das categorias de análise que atravessam os estudos de gênero e trabalho uberizado. Especificamente, buscou-se compreender as características sociodemográficas das trabalhadoras, suas trajetórias, as condições que influenciaram a escolha do trabalho de entregadora, as condições estruturais e os desafios e possibilidades. A construção das análises se deu por meio de três categorias temáticas: (a) o trabalho uberizado em plataformas digitais: do processo de escolha ao cotidiano das trabalhadoras; (b) o trajeto do trabalho é o trajeto do cuidado; e (c) desgaste da moto e o desgaste de si: o alto custo.

A primeira categoria se referiu à apresentação do trabalho de entregadora de alimentos por meio de plataformas digitais. Foi explanado acerca do conceito de trabalho uberizado, o funcionamento das plataformas de entrega de alimentos, a escolha deste trabalho e o cotidiano das participantes. Pode-se observar, pelas narrativas, a transferência dos custos e riscos ao trabalhador(a) enunciados nos discursos de autonomia e de empreendedorismo. A análise das entrevistas revelou como essas trabalhadoras enfrentavam jornadas desreguladas, desvalorização social e desafios que atualizam desigualdades de gênero. A resistência a essas condições foi observada em redes de apoio e manifestações, evidenciando a construção de novas formas de subjetividade. Assim, as dinâmicas impostas pelo neoliberalismo se mostram como forças de controle e de submissão, que constituem as subjetividades dessas trabalhadoras.

A segunda categoria apresentou as minúcias deste trabalho por meio das complexas interseções entre gênero, divisão sexual do trabalho e trabalho de cuidados no cotidiano das participantes. O capitalismo e o patriarcado consolidam as hierarquias de gênero, restringindo oportunidades e intensificando a exploração das mulheres, em contextos de trabalho precário e doméstico. A análise das narrativas revelou como a flexibilidade e a precarização laboral impactam em seus trajetos. Ao problematizar normas de gênero, abre-se espaço para entender como esses processos produzem formas de subjetivação das participantes, desafiando as fronteiras entre trabalho produtivo e de cuidados.

Com a terceira categoria, foi possível verificar os modos como este trabalho, atravessado por desigualdades de gênero, impacta física e psicologicamente trabalhadoras, ressaltando a precariedade e os riscos envolvidos, como acidentes e a gestão de si. Mostra, também, como as condições de trabalho intensificam a exploração do corpo e da mente, afetando a percepção de si. As participantes relataram o trabalho como provisório e desgastante, alinhando-o com seus objetivos futuros. Assim, é possível observar uma tensão entre a aparente autonomia e a subordinação, evidenciando a resistência das trabalhadoras diante das exigências contemporâneas de produtividade.

No que diz respeito a limitações, ocorreram dificuldades em relação ao encontro para realizar as entrevistas, por conta da ampla jornada laboral das participantes e algumas entrevistas precisaram ser remarcadas diversas vezes. Outras duas participantes, indicadas e contatadas, não puderam participar por não estarem mais trabalhando como entregadoras no momento das entrevistas, indicando a provisoriedade deste trabalho.

Acredita-se que a pesquisa aqui apresentada trouxe elementos que indicam como a categoria gênero se atualiza nas relações laborais, neste caso, com a uberização do trabalho. Pretendeu-se, portanto, contribuir com as discussões sociais acerca do mundo do trabalho e processos de subjetivação de trabalhadoras. Um estudo específico sobre as mulheres e o trabalho de cuidados atravessado pela uberização do trabalho se mostra como relevante para pesquisas futuras.

Além disso, é possível argumentar que a falta de mulheres autodeclaradas negras e *trans* no estudo seja um indicativo para ampliar a análise no campo das interseccionalidades. Questiona-se o fato de que o território de realização do estudo (cidade do sul catarinense) possa dizer da maioria das participantes se autodeclararem brancas. Também, em relação à identificação das participantes a partir de parâmetros da cisheteronormatividade, a importância de análises que possam mobilizar uma compreensão contranormativa de gênero, em uma ótica não-binária. Com base no estudo realizado, no contexto de precarização do trabalho, ressalta-se a urgência de um debate sobre a interseccionalidade na interface com a psicologia sociopolítica crítica e do feminismo negro, de autorias contranormativas, as quais não foram exploradas neste artigo.

REFERÊNCIAS

- Abílio, L. C.** (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, 34, 111-126. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- Antunes, R.** (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo Editorial.
- Biroli, F.** (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial.
- Braun, V. & Clarke, V.** (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101. <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>
- Candiotto, C.** (2010). *Foucault e a crítica da verdade*. Autêntica.
- Carneiro, S.** (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.
- Coutinho, M. C.** (2015). Psicologia Social do Trabalho em dois tempos. In M. C. Coutinho, O. Furtado, & T. Raitz (Orgs.), *Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas* (pp. 2-15). ABRAPSO; Edições do Bosque. https://www.abrapso.org.br/resources/download/1459007743_ARQUIVO_PsicologiaSocialTrabalho.pdf
- Filgueiras, V. & Antunes, R.** (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, 39(1), 43. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>
- Foucault, M.,** (2006). *Microfísica do poder*. Graal.
- Foucault, M.,** (2013). *O sujeito e o poder*. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.) *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica (pp. 273-295). Forense Universitária.
- Franco, F., Castro, J. C. L. D., Manzi, R., Safatle, V. P., & Afshar, Y.** (2021). O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 46-75). Autêntica.
- Gil, A. C.** (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Grupo GEN.
- Gil, A. C.** (2021). *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*. Grupo GEN.
- Hirata, H.** (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16(29), 14-27. <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>
- Hirata, H.** (2020). Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. *Estudos avançados*, 34, 25-40. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.003>
- Hirata, H. & Kergoat, D.** (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *CADERNOS DE PESQUISA*, 37(102), 595-609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Moura, A.** (1992). A política do sujeito. *Anuário do laboratório de subjetividade e política*. Departamento de Psicologia da UFF.
- Prado, K. & Martins, S.** (2007). A subjetividade como objeto da (s) psicologia (s). *Psicologia & Sociedade*, 19, 14-19. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>
- Rodrigues, N. L. P. R.** (2021). *Viver para não morrer: condições de vida e trabalho de trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas/SP). <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/1167409>
- Safatle, V. P.** (2021). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, 17- 45.

Safatle, V. P., da Silva, N., & Dunker, C. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.

Sardenberg, C. M. B. (2015). Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, 20(2), 57-91. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p56>

Schinestsck, C. R. (2020). As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho. *Uberização, trabalho digital e indústria*, 4, 79-92.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/>

Veronese, M. V. (2006). Subjetividade, trabalho e solidariedade. *Aletheia*, 24, 105-113. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300010&lng=pt&nrm=iso

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>

Woodcock, J. (2020). O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In R. Antunes (Org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp. 23-46). Boitempo.

Histórico	<i>Submissão: 04/12/2024 Revisão: 26/04/2025 Aceite: 28/04/2025</i>
Editor científico	<i>Dr. Antonio Euzébios Filho</i>
Contribuição dos autores	<i>Conceitualização: GBC; GIJS Curadoria de dados: GBC; GIJS Análise formal: GBC; GIJS Investigação: GBC Metodologia: GBC Escrita original: Escrita - revisão e edição: GBC; GIJS</i>
Financiamento	<i>Não houve financiamento.</i>
Consentimento de uso de imagem	<i>Não se aplica</i>
Aprovação, ética e consentimento	<i>O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e Humanos (CEP) da Universidade do Extremo Sul Catarinense.</i>